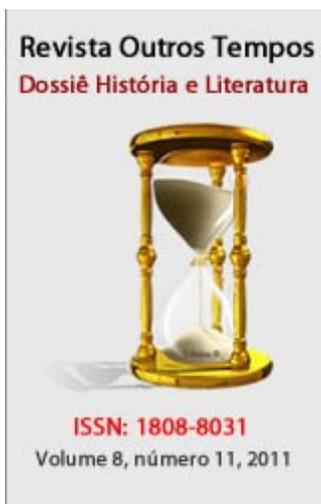


**ENTRE O FÍSICO E O POÉTICO:** Considerações sobre a questão do espaço na historiografia contemporânea<sup>1</sup>.

**ETWEEN PHYSICAL AND POETIC:** Considerations about the space issue in contemporary historiography;



TIAGO KRAMER DE OLIVEIRA  
Doutorando PPGH-USP / Bolsista CAPES  
São Paulo, SP – Brasil  
[kramer@usp.br](mailto:kramer@usp.br)

**Resumo:** Nosso objetivo neste artigo é fazer uma reflexão sobre a questão do espaço na historiografia contemporânea a partir da percepção da narratividade da história e das relações que os historiadores passaram a estabelecer com a filosofia e a crítica literária para analisar a relação entre *tempo* e *espaço*. No entanto, defendemos que, apesar da perspectiva fenomenológica e poética do espaço, é possível apreender aspectos da realidade a qual os documentos fazem referência, levando em conta a subjetividade e as relações de poder presentes na documentação. Para tanto, tecemos algumas observações sobre documentos que narram as conquistas portuguesas no centro da América do Sul.

**Palavras-chave:** Historiografia. Teoria e Metodologia da História. História e Narrativa. História e Espaço.

**Abstract:** Our objective in this paper is make one reflection about the question of space in contemporary historiography from the debate about a narrativity of history and the relations that the historians establish with philosophical works and of the literary criticism to analyze the relationship between *time* and *space*. However, we defend that in spite of perspective phenomenological and poetical of space, it is possible to apprehend aspects of reality which the documents refer, taking into account the subjectivity and power relations present in the documentation. To this end, we make some comments on documents that recount the Portuguese conquests in the center of South America.

**Keywords:** Historiography. Theory and Methodology of History. History and Narrative. History and Space.

---

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em 26/02/2011 e aprovado para publicação em 28/03/2011

*O espírito retira da matéria as percepções que serão seu alimento, e as devolve a ela na forma de movimento, em que imprimiu sua liberdade.*

*Henry Bergson*

A historiografia contemporânea está cercada de questionamentos sobre sua autoridade em reconstruir e analisar aspectos do *vivido* e mesmo oferecer explicação para acontecimentos que marcam as memórias de nossa sociedade. Esses questionamentos obrigaram e obrigam os historiadores a reverem seus métodos e incorporarem em suas análises novos objetos de estudo e também modificarem o tratamento que davam aos objetos tradicionais. Há algumas décadas os historiadores buscam apreender cada vez mais as diferentes *temporalidades* que se entrecruzam nos documentos e que possibilitam diferentes leituras destes e diversas formas de *fazer história*.

Se por um lado a historiografia avançou muito nas discussões em relação ao *tempo*, não podemos o mesmo afirmar em relação ao *espaço*. Na maioria das obras historiográficas, o *espaço* aparece como uma espécie de cenário imóvel no qual as relações sociais reproduzem-se. Recentemente os historiadores passaram a rever de forma mais sistemática as relações entre *tempo* e *espaço* e, como não poderia deixar de ser, elaboraram várias formas de estabelecer essas relações sob influência de outras ciências e também de conhecimentos exteriores ao campo científico.

Este artigo não tem a pretensão de analisar como a História Social, a História Econômica, a História Cultural, a História Política etc. vêm analisando as relações entre *tempo* e *espaço*. Trataremos especificamente de uma concepção particular de *espaço* que emerge no campo da História das Ideias (História das Ciências, História do Conhecimento etc.) em interface com a filosofia e a crítica literária. Para compreendermos essa *emergência*, é necessário atentarmos para algumas transformações da historiografia contemporânea. Entre estas destacamos a percepção do caráter narrativo da historiografia, percepção esta que teve implicações profundas nas análises sobre a construção dos espaços.

### **A dimensão narrativa da história**

A emergência de questões, como o lugar do historiador na produção do conhecimento e a historicidade dos documentos, provocaram o redimensionamento da posição dos historiadores a respeito da produção do discurso histórico. Para discutirmos algumas das transformações na

historiografia contemporânea, destacaremos obras de quatro autores: Michel Foucault, Paul Veyne, Paul Ricoeur e Michel de Certeau.

Primeiramente trataremos de dois textos do filósofo Michel Foucault: o livro *A Arqueologia do saber* e um artigo da coletânea *Microfísica do poder*, intitulado *Nietzsche, a genealogia e a história*. Gostaríamos de apontar que os textos de Michel Foucault, que analisaremos brevemente, não dizem respeito diretamente ao tema da *narrativa*, mas mesmo assim são importantes na medida em que apontam modificações nas análises dos historiadores que possibilitaram a emergência da discussão sobre a dimensão narrativa da história.

*Arqueologia do saber* é uma obra que critica, por um lado, as concepções estruturalistas e objetivistas e por outro lado, as concepções idealistas, e propõe um novo método para a história das ideias (do conhecimento, da ciência etc). Para Foucault, a análise científica, quando utiliza categorias como “tradição”, “influência”, “desenvolvimento”, “evolução”, “mentalidade”, “espírito”, permite “reagrupar uma sucessão de acontecimentos dispersos; relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador” (FOUCAULT, 1997, p. 23-24), possibilita que “as novidades possam ser isoladas sobre um fundo de permanência” (FOUCAULT, 1997, p. 23). E faz surgir “como princípio de unidade e de explicação, a soberania de uma consciência coletiva” (FOUCAULT, 1997, p. 24). Para Foucault, “é preciso renunciar essas formas e essas forças obscuras pelos quais se tem o hábito de interligar o discurso dos homens” (FOUCAULT, 1997, p. 25)<sup>2</sup>.

Resumiremos o método de Foucault de forma que fatalmente diminuirá em muito sua complexidade. O método envolve uma análise intrínseca, arqueológica dos discursos. Para analisar um enunciado, não basta compreender e reconstruir as ideias que norteiam sua produção. É preciso um trabalho mais árduo de relacionar esses enunciados com outros que tratam do mesmo objeto (formando redes, compondo quadros), analisar quais são as condições históricas que permitiram a emergência e a legitimação desses enunciados e como discursos em diferentes

---

<sup>2</sup> Para Foucault, uma história dos discursos não deve buscar sentido na origem dos enunciados, e sim é “preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 1997, p. 28). As relações que agem na produção do discurso “não devem ser procuradas fora do discurso, não são exteriores a ele” (FOUCAULT, 1997, p. 52). O discurso não pode ficar preso ao mundo das ideias. Em relação à formação dos conceitos, Foucault afirma que “não é preciso relacioná-los nem ao horizonte da idealidade nem ao curso empírico das idéias” (FOUCAULT, 1997, p. 70). Os discursos devem ser compreendidos como práticas. Para Foucault, as relações discursivas “caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ela se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática” (FOUCAULT, 1997, p. 52-53). Foucault renega as teorias da linguagem que reconstróem os discursos como conjunto de signos, para o autor “certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse *mais* que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 1997, p. 56).

áreas institucionais do conhecimento, mesmo sendo heterogêneos, estão interligados. Renegar a continuidade e a homogeneidade, procurar as heterogeneidades, as descontinuidades e descrevê-las, reagrupá-las, desnudar suas relações institucionais, os interesses que norteiam sua produção sem recorrer a teorias abstratas, fora dos discursos, este é um desafio da *Arqueologia do Saber* de Foucault.

Em *Nietzsche, a genealogia e a história*, Foucault retoma a discussão sobre a questão da origem em história presente em seu livro *Arqueologia do Saber*. Apropriando-se da obra de Nietzsche, propõe um método de estudo histórico que se opõe ao que chama de pesquisa da origem (*Ursprung*) (FOUCAULT, 1979 p. 16). Para o autor, a busca no passado por uma essência na “origem” que explique o presente é um projeto metafísico, uma abstração que cria continuidades onde elas não existem (FOUCAULT, 1979 p. 17-18). Até esse ponto nada de novo em relação à *Arqueologia do Saber*. O grande diferencial desse texto é a proposta de uma *genealogia do saber* que, em termos bastante sintéticos, poderíamos definir com o estudo minucioso da proveniência<sup>3</sup> (*Herkunft*) e da emergência<sup>4</sup> (*Entstehung*) do saber.

O objetivo da genealogia não é deslegitimar a história, mas, pelo contrário, ela pretende retirar da história seus conteúdos supra-históricos, metafísicos, para se ocupar da história “efetiva”. O próprio Nietzsche denomina seu método de “*Wirkliche Historie*”. Essa história “efetiva” não se apoia em nenhuma constância, não tem sentido prévio, admite o acaso. A história “efetiva” não pretende desvendar realidades, ou compreendê-las. Seu objetivo é cortar, mostrar as descontinuidades, expor os limites. Outra característica importante da genealogia é que ela não exclui o caráter perspectivo do conhecimento, ou seja, rompe com o objetivismo do discurso histórico e expõe o lugar que o historiador ocupa na produção historiográfica.

---

<sup>3</sup> A proveniência articula o corpo e a história, ela “deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 1979 p. 22). Não se trata, portanto, de descobrir de onde veio determinada ideia ou sentimento, mas encontrar marcas sutis que entrecruzam essa ideia ou sentimento com outros em “uma rede difícil de desembaraçar” (FOUCAULT, 1979 p. 20). Trata-se de a partir do corpo estudar as marcas inscritas pela história, marcas que estão na superfície do corpo e não em sua suposta essência, ou melhor, “não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (FOUCAULT, 1979 p. 21). A proveniência fornece as relações que estão em jogo, não através de um passado sempre reconduzido, mas na instância em que ocorrem as disputas, as lutas que permitem que determinado *saber* se sobreponha aos outros (FOUCAULT, 1979 p. 22).

<sup>4</sup> Em relação à emergência, esta é definida enquanto o espaço, os interstícios deixados pela proveniência. A proveniência fornece as regras e a emergência é o espaço de disputa pela manipulação dessas regras, “a emergência é portanto a entrada em cena das forças; é a sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro cada uma com seu vigor e sua própria juventude (FOUCAULT, 1979 p. 24)

Em *Como se escreve a história*, Paul Veyne (VEYNE, 1998) faz afirmações que tiveram uma grande repercussão entre os historiadores. Para ele a história não é objetiva, não tem método e não é uma ciência. Para o autor, a história é “uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso”. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos” (VEYNE, 1998, p. 18; 49; 127; 163). Para Veyne, a história é um enredo, uma intriga, uma trama:

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia de vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa. (VEYNE, 1998, p. 42)

A história enquanto intriga, trama, narração, aproxima-se mais da criação literária do que da ciência. Contudo, talvez uma das questões mais importantes na análise de Veyne é a emergência da memória enquanto elemento fundamental para compreender as narrativas, inclusive as históricas. Para Veyne, “como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese narrativa é tão espontânea quanto a nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos” (VEYNE, 1998, p. 18). Mais do que isso, “a história é filha da memória. Os homens nascem, comem e morrem, mas só a história pode informar-nos sobre suas guerras e seus impérios...” (VEYNE, 1998, p. 19).

A terceira obra que abordaremos é de um filósofo: a parte II do Tomo I, do livro de Paul Ricoeur, *Tempo e Narrativa*. Como o título da obra sugere, o autor trata de forma específica da relação entre a narratividade e o caráter temporal da experiência humana. Para Ricoeur, nessa dupla característica (temporalidade e narratividade) é possível encontrar uma “identidade estrutural entre a historiografia e a narrativa de ficção” (RICOEUR, 1994 p. 15).

A análise de Ricoeur nos faz perceber como são inválidos os termos da discussão em torno da história-narrativa ligada à corrente positivista da história. Ricoeur mostra como, de forma equivocada, a historiografia francesa, a partir da *Escola dos Annales*, partilhou do princípio de que “uma história factual, só pode ser uma história-narrativa. História política, história factual, história-narrativa são a partir de então quase sinônimas” (RICOEUR, 1994 p. 15). Ricoeur ironiza afirmando que surpreendentemente esta crítica ao personalismo positivista não foi ampliada para uma crítica à filosofia hegeliana e inclusive afirma que *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II* é uma “geo-história de Braudel, da qual o herói é o Mediterrâneo e o mundo mediterrânico” (RICOEUR, 1994 p. 148-149).

Na escrita dos historiadores, não são somente os homens os personagens e o acontecimento não emana propriamente de ações individuais, a narrativa do historiador está repleta de “quase-acontecimentos” e de “quase-personagens” que contribuem para o desenvolvimento da “intriga” (RICOEUR, 1994, p. 148-149). Para Ricoeur, a obra do historiador é uma “quase-intriga”, ou “intriga”. O autor mostra que, mesmo obras como *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*, de Braudel, podem ser analisadas como narrativas<sup>5</sup>.

Por mais que as obras históricas sejam analíticas ou estruturais, os historiadores não conseguem escapar da narratividade da história. Uma obra só pode ser histórica na medida em que expresse as ações, os acontecimentos ou as estruturas como experiências humanas e consequentemente temporais, e este lado humano, temporal, obriga a história para ser histórica, a ter essa dimensão narrativa.

Nossa quarta e última obra é a *Escrita da História*, de Michel de Certeau. O autor utiliza definições despretensiosas em relação ao discurso histórico e à prática científica<sup>6</sup>. Certeau define um tripé (inter-relacionado) através do qual compreende a operação historiográfica: a relação entre o lugar social (profissão), as práticas científicas (uma disciplina) e a escrita (uma literatura).

Nosso interesse é especialmente pelo terceiro pilar do tripé. Para Certeau a história opera uma inversão entre a pesquisa e a escrita. A escrita inverte a ordem da pesquisa, que opera do presente em relação ao passado e a escrita opera do passado para o presente. Enquanto a pesquisa é interminável, a escrita tem um fim, organizado desde a introdução do texto. E por fim, as presenças das lacunas, próprias da pesquisa, dão lugar à construção de um sentido, de um efeito de realidade presente na escrita (CERTEAU, 1982, p. 94).

---

<sup>5</sup> “Resulta desse parentesco entre quase-acontecimento e quase-intriga que a pluralidade dos tempos históricos, pontificada por Braudel, é uma expansão do traço cardeal do tempo narrativo, a saber, sua aptidão de combinar as proporções variáveis, o componente cronológico do episódio e o componente não-cronológico da configuração. Cada um dos níveis temporais exigidos pela explicação histórica pode ser visto como uma repetição dessa dialética. Talvez se possa dizer que, com o acontecimento breve, o episódio continua a prevalecer nas intrigas embora altamente complexas e que o longo prazo marca a presença da configuração. Mas o surgimento de uma nova qualidade factual, ao termo do trabalho de estruturação da história, soa como uma lembrança. A saber, que ao mesmo tempo às estruturas mais estáveis algo acontece. É por isso que, apesar das reticências, Braudel não pode deixar de terminar sua magnífica obra pelo quadro de uma morte, não, certamente, a do Mediterrâneo, mas sim a de Felipe II” (RICOEUR, 1994, p. 320).

<sup>6</sup> Em relação à história o autor define: “quero precisar que emprego a palavra história no sentido de historiografia. Quer dizer, entendo por história uma prática (uma disciplina), seu resultado (um discurso) e sua relação” (nota 2 p. 109). A definição de história aproxima-se do discurso: “entendo o próprio gênero histórico, ou antes, na perspectiva de Michel Foucault, ‘uma prática discursiva’ – ‘o conjunto de regras que caracteriza uma prática discursiva’”. Em respeito à produção científica, define como a “possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam ‘controlar’ operações destinadas à produção de objetos determinados” (nota 5, p. 109).

Uma das principais características da história enquanto escrita é seu caráter cronológico. A variável temporal no discurso permite que duas posições contrárias ou contraditórias possam fazer parte da mesma narrativa, desde que em tempos diferentes. Dessa forma ela toma a aparência do silogismo, mas não o é, já que não pode ser uma conclusão partindo de premissas contrárias; não podendo ser lógica, “finge” apresentar razões. A ocultação dessa característica mediante a ordem cronológica é que autoriza o texto do historiador enquanto ciência (CERTEAU, 1982, p. 96-97)<sup>7</sup>.

A história instaura uma relação específica entre os mortos e os vivos. Ela dá um lugar à morte no presente, uma vez que a partir da operação própria de seu ofício faz com que apareçam no discurso histórico personagens antes ausentes. No entanto, o exorcismo do passado não se dá no sentido de fazê-lo reviver, mas pelo contrário, a história encena um “rito fúnebre” que reconhece a presença no passado e o enterra, para dar lugar ao presente (CERTEAU, 1982, p. 108)<sup>8</sup>.

A história, admitindo sua dimensão narrativa e os limites de sua objetividade, passa a interessar-se por outras narrativas, pelas memórias, pelas crônicas, ou seja, como os indivíduos construíram e constroem seus discursos. O historiador, ao invés de procurar a verdade por trás do documento, interessa-se pela verdade construída no documento, desenvolvendo assim uma nova crítica da documentação tradicional e privilegiando outras fontes antes negligenciadas, como por exemplo as fontes íntimas: memórias, correspondências, diários etc.

A exposição que fizemos permite-nos identificar como a percepção de uma dimensão narrativa da história implica rever os métodos que os historiadores utilizam na construção de seus objetos. Surgem, no discurso de muitos historiadores, os atores, os personagens, os enredos, as tramas, as intrigas, as interpretações, que substituem os sujeitos, os agentes, as análises, as reconstruções, a realidade.

### **As narrativas e o espaço**

<sup>7</sup> A cronologia também possibilita os recortes em períodos. Para a sua análise, o historiador define silenciosamente um não-lugar fundador para o início de seu discurso. Esse não-lugar contraria os pressupostos historiográficos, no entanto possibilita a historiografia, “é o limiar que conduz a fabricação do objeto e construção do signo”, ou seja, a partir desse não-lugar que aparece através de um não-dito, o discurso é construído e ganha sentido.

<sup>8</sup> Desse modo a história enquanto escrita assume um duplo sentido: ela é narratividade, pois através da linguagem produz em relação ao passado uma representação que responde as angústias do presente. E é também performatividade, pois tem o objetivo de tornar-se presente, de falar ao futuro, de constituir-se em um “dever fazer”, de construir espaços e exercer autoridade (CERTEAU, 1982 p. 108-109).

Tradicionalmente a história, quando tratou do *espaço*, procurou estabelecer relações com o campo da geografia, sobretudo até meados do século XX. Autores como Lucien Febvre, Henri Lefebvre e Fernand Braudel tornaram-se referência de uma chamada geo-história. Contudo, como afirma Diamantino Pereira, as ciências humanas e sociais de uma forma geral, e podemos pensar a história em particular, pouco acompanharam “as discussões recentes no campo da Geografia”. O texto de Pereira é de 1998, mas ainda é atual. Segundo o autor, existiria “nas ciências sociais, uma forte tradição de se pensar o espaço na sua relação imediata com o meio físico” (PEREIRA, 1998, p. 66).

Os geógrafos, contudo, avançaram nos estudos sobre o espaço como produto das relações sociais, o que foi pouco explorado pelas demais ciências humanas e sociais (PEREIRA, 1998, p. 75). Entre os geógrafos brasileiros destacam-se os trabalhos de Milton Santos. Se recorrermos, por exemplo, às definições de Milton Santos sobre *espaço*, *paisagem* e *espacialidade*, entre outras, não demoraremos para perceber o quão pouco os historiadores brasileiros exploraram as possibilidades desse diálogo com a geografia. De orientação teórico-metodológica marxista, Milton Santos fazia parte de um conjunto de autores preocupados com a *construção social do espaço*, ou seja, como as relações sociais, sobretudo as desiguais relações capitalistas, espacializavam-se (SANTOS, 2006).

Mesmo que a interface com a geografia não tenha sido explorada como poderia, a percepção cada vez maior da dimensão narrativa da história abre novas perspectivas para o estudo da relação entre tempo e espaço. O diálogo cada vez mais amplo com a filosofia e com a literatura influencia os historiadores a construírem discursos que tratam do espaço *construído* pelas narrativas, *inscrito* pelas memórias.

Como é claro no subtítulo do nosso artigo, quando definimos nossa contribuição como “considerações”, não faremos uma discussão exaustiva sobre diversos autores. Trataremos primeiramente de dois filósofos (fenomenólogos) que servem de referência aos historiadores neste projeto: Henri Bergson e Gaston Bachelard.

Em *Matéria e Memória*, Bergson discute as relações entre o *espírito* e a *matéria* objetivando romper com o dualismo existente na filosofia entre idealismo e materialismo. Para resolver o problema imposto por essa aparente antinomia, Bergson afirma que “é para o terreno da memória que nos vemos transportados. Isso era de se esperar, pois a lembrança – (...) –

representa precisamente o ponto de interseção entre o espírito e a matéria” (BERGSON, 1999, p. 5). Para o autor, a memória deve ser percebida, como fenômeno, fruto de uma relação psicofisiológica entre o cérebro, como materialidade física, e as percepções psicológicas. No entanto a memória não é construída no cérebro e alçada para fora do corpo, como querem os idealistas<sup>9</sup>.

É preciso ater-se a um ponto central no texto de Bergson. O autor não define a matéria como uma realidade bruta e absoluta como querem os filósofos materialistas. Para Bergson, a matéria é um “conjunto de imagens” (BERGSON, 1999, p. 17)<sup>10</sup>. Definindo-se a matéria, resta definir a percepção que temos dela, a forma como nós a representamos. A percepção, segundo Bergson, não é determinada nem pela matéria nem pela consciência, ela é uma escolha dos homens condicionada pelas relações entre as imagens e o corpo (BERGSON, 1999, p. 17). A complexa tese justifica a longa citação abaixo,

Ora, eis a imagem que chamo de objeto material; tenho a representação dela. Como se explica que ela não pareça ser em si o que é para mim? A razão é que essa imagem solidária à totalidade das outras imagens continua-se nas que a seguem, assim como prolongava aquelas que a precedem. (...) O que a distingue, enquanto imagem presente, enquanto realidade objetiva, de uma imagem representada é a necessidade em que se encontra de agir por cada um de seus pontos sobre todos os pontos das outras imagens, de transmitir a totalidade daquilo que recebe, de opor a cada ação uma reação igual e contrária, de não ser, enfim, mais do que um caminho por onde passam em todos os sentidos as modificações que se propagam na imensidão do universo. Eu a converteria em representação se pudesse isolá-la, se pudesse sobretudo isolar seu invólucro. A representação está justamente aí, mas sempre virtual, neutralizada, no momento em que passaria ao ato, pela obrigação de prolongar-se e de perder-se em outra coisa. O que é preciso para obter essa conversão não é iluminar o objeto, mas ao contrário obscurecer certos lados dele, diminuí-lo da maior parte de si mesmo, de modo que o resíduo, em vez de permanecer inserido no ambiente como uma coisa, destaca-se com um quadro. (BERGSON, 1999, p. 33-34)

---

<sup>9</sup> “É o cérebro que faz parte do mundo material, e não o mundo material que faz parte do cérebro. Suprima a imagem que leva o nome de mundo material, você aniquilará de uma vez só o cérebro e o estímulo cerebral que fazem parte dele. Suponha ao contrário, que essas duas imagens, o cérebro e o estímulo cerebral, desapareçam: por hipótese, somente elas irão se apagar, ou seja, muita pouca coisa, um detalhe insignificante num imenso quadro. O quadro em seu conjunto, isto é, o universo, subsiste integralmente. Fazer do cérebro a condição da imagem em si é verdadeiramente contradizer a si mesmo, já que o cérebro, por hipótese, é uma parte desta imagem. Nem os nervos nem os centros nervosos podem, portanto, condicionar a imagem do universo”. (BERGSON, 1999 p.13)

<sup>10</sup> Em outro trecho: “...ao colocar o mundo material demo-nos um conjunto de imagens, e aliás é impossível darmos outra coisa. Nenhuma teoria da matéria escapa a esta necessidade. Reduza-se a matéria a átomos em movimento: estes átomos, mesmo desprovidos de qualidades físicas, só se determinam em relação a uma visão e a um contato possíveis, aquela sem iluminação e este sem materialidade. Condensa-se os átomos em centros de força, dissolva-se-o em turbilhões evoluindo num fluido contínuo: esse fluido, esses movimentos, esses centros só se determinam, eles próprios, em relação a um tocar imponente, a um impulso ineficaz, a uma luz descolorida; trata-se ainda de imagens”. (BERGSON, 1999, p. 32)

Percebemos como é importante a contribuição de Bergson para a reflexão sobre a relação que os *corpos* mantêm com o *espaço*. As formas como as pessoas percebem os objetos, os lugares, as edificações, ou seja, *as coisas*, devem ser investigadas na relação destas imagens com outras e a partir dos mecanismos que tornam a imagem momentaneamente *virtual* para depois se recompor no *espaço* dando movimento às imagens. Esta *virtualidade* não resulta da subjetividade do espaço, como querem os idealistas, mas sim da relação própria que une matéria e memória na percepção das imagens.

Em *Poética do Espaço*, Gaston Bachelard formula uma interpretação do espaço a partir de textos poéticos. Na introdução da obra, o autor faz observações que nortearam seu trabalho. Para Bachelard, o significado da *imagem* (no sentido bergsoniano do termo) no poema não deve ser buscado em um passado distante. Nas palavras de Bachelard, “a noção de princípio, a noção de ‘base’ seria desastrosa neste caso, bloquearia a atualidade essencial, a essencial novidade psíquica da poesia” (BACHELARD, 1999 p. 1). Para o autor

A imagem poética não está sujeita a um impulso. Não é um eco de um passado. É antes o inverso: com a explosão de uma imagem, o passado longínquo ressoa de ecos e já não vemos em que profundezas estes ecos vão repercutir e morrer. Em sua novidade, em sua atividade, a imagem poética tem um ser próprio, um dinamismo próprio. Procede de uma *ontologia direta*. (BACHELARD, 1999 p. 2)

A ideia de *tempo* em Bachelard está profundamente ligada aos poemas que ele analisa e, como sugere o próprio autor, à obra literária de Marcel Proust (BACHELARD, 1999 p. 18). O que justifica que a imagem poética seja “um ser próprio” é que ela emana de um “ser imaginante” e “na poesia, o engajamento do ser imaginante é tal que ela deixa de ser simplesmente o sujeito do verbo adaptar-se. As condições reais já não são determinantes” (BACHELARD, 1999 p. 18). Segundo Bachelard, “o espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação”. (BACHELARD, 1999 p. 19).

A contribuição de filósofos como Bergson e Bachelard e uma maior interface com a literatura e com a crítica literária autorizam os historiadores ao contato com percepções em relação ao espaço que permitem diversificar os instrumentos metodológicos e perceber que os espaços não são realidades em si.

Contudo, essa percepção bem fundamentada por esses filósofos adquiriu, com outros autores, formas que distanciaram a problematização sobre o espaço da fenomenologia e

aproximaram-na de interpretações menos interessadas nos instrumentos cognitivos de *leitura* do espaço e mais preocupadas em perceber como os discursos sobre o espaço inseriam-se nas *relações de poder*. Em um pequeno texto, escrito em 1967, Michel Foucault apontou que

A obra – imensa – de Bachelard, as descrições dos fenomenólogos nos ensinaram que não vivemos em um espaço homogêneo e vazio, mas, pelo contrário, em um espaço carregado de qualidades, um espaço de nossa percepção primeira, o de nossos devaneios, o de nossas paixões possuem neles mesmos qualidades que são como intrínsecas; é um espaço leve, etéreo, transparente, ou então um espaço obscuro, pedregoso, embaraçado: é um espaço alto, um espaço dos cumes, ou é, pelo contrário, um espaço de baixo, um espaço no limo, um espaço que pode ser coerente como a água viva, um espaço que pode ser fixo, imóvel como a pedra ou como o cristal (FOUCAULT, 2001, p. 414).

Em seguida, o autor acrescenta que “essas análises, embora fundamentais para reflexão contemporânea, referem-se, sobretudo ao espaço de dentro. É do espaço de fora que gostaria de falar agora”. O “espaço de fora” entendido como “o espaço no qual vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos” e ainda o espaço “no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história, esse espaço que nos corrói e que nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo” (FOUCAULT, 2001, p. 414). Os apontamentos de Foucault certamente embasariam trabalhos posteriores como *Vigiar e Punir*, onde a questão do *espaço* é central para a análise das relações entre *saber* e *poder*. Em uma entrevista concedida em 1978 o autor afirma:

Reprovam-me muito por essas obsessões espaciais, e elas de fato me obcecaram. Mas através delas, creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre o poder e o saber. Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como poder e reproduz os seus efeitos (FOUCAULT, 1979, p. 158).

As ideias de Foucault tiveram, como é sabido, grande influência, inclusive entre geógrafos. Contudo é com um exemplo da crítica literária que introduziremos a discussão sobre a relação entre *o saber*, *o espaço* e *o poder*, a questão entre os discursos e os espaços aos quais esses discursos fazem referência. No livro *Orientalismo*, Edward Said parte da seguinte definição:

Tomando o final do século XVIII como um ponto de partida muito grosseiramente definido, o orientalismo pode ser discutido e analisado como instituição organizada para negociar com o Oriente – negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em

resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o oriente. Descobri que nesse caso é útil empregar a noção de discurso de Michel Foucault, tal como é descrita por ele na Arqueologia do saber e em Vigiar e punir, para identificar o orientalismo. (...) Além do mais, o orientalismo tinha uma posição de tal autoridade que eu acredito que ninguém que escrevesse, pensasse ou atuasse sobre o Oriente podia fazê-lo sem levar em conta as limitações ao pensamento e de ação. Isso não quer dizer que orientalismo determine de modo unilateral o que pode ser dito sobre o Oriente, mas que ele é toda a rede de interesses que inevitavelmente faz valer o seu prestígio (...) toda vez que aquela entidade peculiar, o “Oriente”, esteja em questão (SAID, 1990, p. 15).

É importante entendermos a distinção que Said estabelece entre o *orientalismo* e o *Oriente*. O autor afirma que “seria um erro concluir que o Oriente era *essencialmente* uma ideia, ou uma criação sem qualquer realidade correspondente”, e acrescenta que “existiam - e existem – culturas e nações localizadas no Leste e suas vidas, histórias e costumes têm uma realidade crua obviamente maior que qualquer coisa que pudesse ser dita a respeito no Ocidente”. Portanto, para Said o orientalismo é um discurso “exterior” ao Oriente, “tem suas premissas na exterioridade, ou seja, no fato de que o orientalista, poeta ou erudito, faz com que o Oriente fale, descreve o Oriente, torna seus mistérios simples por e para o Ocidente. Ele nunca se preocupa com o Oriente, a não ser como causa primeira do que ele diz” (SAID, 1990, p. 17). A exterioridade do discurso em relação ao espaço ao qual se faz referência não implica obviamente desinteresse em relação ao *espaço*, mas ao contrário, o orientalismo afasta a “realidade” do Oriente do discurso que pretende torná-lo inteligível para o Ocidente, e ao mesmo tempo governável, colonizável etc. O saber exterior, portanto, por meio da autoridade que exerce sobre o espaço que representa, interioriza-se nesse mesmo espaço, por meio da política externa, das relações econômicas, dos conflitos armados, da ingerência ocidental sobre conflitos orientais, no julgamento dos costumes e assim por diante.

O que chama atenção é que mesmo em uma análise sofisticada como a de Said, permanece uma dicotomia que a fenomenologia de Bergson e Bachelard procurou dirimir entre a *verdade* e a *representação*. O autor admite a existência de “uma realidade crua” do Oriente em relação à qual o discurso do orientalismo é independente e afirma que “o que eu preciso esclarecer sobre o discurso cultural e o intercâmbio no interior de uma cultura que o que costuma circular não é a ‘verdade’, mas representação”. Para Said, portanto, o discurso do orientalismo ao distanciar-se da “verdade”, sempre entre aspas, pouco tinha a falar sobre o Oriente, ou seja, sobre o *outro*, ou ainda “essas representações utilizam-se, para os seus efeitos, de instituições,

tradições, convenções e códigos consentidos, e não de um distante e amorfo Oriente” (SAID, 1990, p. 33).

Não apenas em Foucault, mas em outros autores como Deleuze e Guattari, a perspectiva *espacial* não é utilizada apenas no sentido de desvendar as relações entre saber e poder. Segundo Foucault “existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de região de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território” (FOUCAULT, 1979, p. 158).

Deleuze e Guattari afirmam que a escrita “tem a ver” “com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 15). Os autores apontam que “num livro, como em qualquer coisa, há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 13-14). Assim como para Foucault a análise do discurso tomada em “termos de continuidade temporal” implicaria “analisá-la e encará-la como a transformação interna de uma consciência individual. Constituiria ainda uma grande consciência coletiva no interior da qual se passariam as coisas” (FOUCAULT, 1979, p. 158). Em Deleuze e Guattari, a noção de *rizoma* procura constituir-se em uma “antigenealogia”:

Oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza. Não se deve confundir tais linhas ou lineamentos com linhagens de tipo arborescente, que são somente ligações localizáveis entre pontos e posições. Oposto à árvore, o rizoma não é objeto de reprodução: nem reprodução externa como árvore-imagem, nem reprodução interna como a estrutura-árvore. O rizoma é uma antigenealogia. É uma memória curta ou uma antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 13-14).

Não é nosso objetivo aqui discutir a noção de *rizoma*, o que pretendemos é expor uma mudança importante ocorrida no *lugar do espaço* na filosofia e na crítica literária e como essa mudança tem implicações na historiografia contemporânea.

Anteriormente afirmamos que os historiadores, quando realmente preocupados com a dimensão *espacial*, geralmente dedicam-se, sobretudo, a analisar e reconstruir as formas como as temporalidades inseriam-se *no* e interagiam *com* o espaço, investigando como as relações econômicas, sociais, políticas e culturais impactavam e caracterizavam o espaço, constituindo paisagens, espacialidades, territórios, regiões etc. Projeto este sem dúvida incompleto, tendo em vista que, mesmo nessa perspectiva, que de modo algum tomamos como atrasada ou antiquada, são muitos os avanços possíveis aos historiadores brasileiros, haja vista as lacunas de nossa produção histórica nesse sentido.

Todavia, surge no campo da filosofia e da crítica literária, e depois na história, outra concepção, a saber: da escrita como *espaço*, do documento, portanto, como *território*, das práticas discursivas como práticas de *apropriação*, onde *territorializam-se*, *desterritorializam-se* e *reterritorializam-se* conceitos, concepções, valores etc.

Percebemos até aqui, portanto, dois movimentos. O primeiro da percepção da narratividade da história, que aproximou a história da filosofia, da crítica literária, da literatura, da análise do discurso etc. O segundo da tessitura de uma perspectiva que redefine o *lugar do espaço* no discurso e que, por conseguinte, coloca em questão a análise da documentação histórica e do próprio discurso dos historiadores.

Em relação *ao espaço* cria-se um problema difícil de contornar: de um lado a concepção de que os documentos *falam sobre, fazem referência a e/ou descrevem* espaços extradocumentais; de outro a perspectiva do documento como espaço territorializado por saberes e por relações de poder e não como referência de algo sobre o texto, investido de *autoridade*, exerce seu poder por meio da *exterioridade*.

### **A história entre o físico e o poético**

(...). Abaixo das itaipavas há duas roças, que se lançaram no ano em que eu passeis aquelas minas; mas como até aqui chegam os Caiapós, não foram de muita dura: pelo Taquari abaixo se gastam dez ou onze dias, tem vários sangradouros, que formam grandes lagoas (...) Este Rio Taquari até o meio tem alguns matos, o mais tudo são campos; dizem que de uma e outra parte há gentios; mas supõe-se que são restos de algumas nações que os sertanistas conquistaram. Deste vi só três bugres, que traziam em sua companhia um Sargento-mor Paulista e eram agigantados (CAMELO, 1961, p. 134).

O fragmento de texto acima foi escrito por Cabral Camelo em 1730 e é parte do relato da viagem que este fez de São Paulo a Cuiabá, em 1727. A narrativa de Camelo, bastante conhecida, é um importante documento, pois como nenhum outro aborda as *paisagens* que os assim chamados sertanistas percorriam em tão dilatado caminho.

A partir do documento teceremos considerações levando em conta três questões fundamentais. A primeira, em relação aos limites da narratividade do discurso histórico. A segunda, sobre “o conjunto de imagens” (Bergson e Bachelard) presente nos testemunhos. Por último, as relações de poder que perpassam a produção da documentação e do discurso histórico.

Tendo em vista a discussão que fizemos até aqui, como poderíamos construir um discurso histórico que aborde as relações entre tempo e espaço, tendo como referência documentos históricos? Seriam os historiadores capazes de elaborar uma crítica documental capaz de reconstruir aspectos sobre a relação de tempo e espaço que escapem da trama de sentidos e significados elaborada pelos testemunhos?

Na primeira parte de nosso artigo evidenciamos o caráter narrativo do discurso histórico. Cabe-nos nesta parte, fazermos algumas observações a respeito dos limites desta *narratividade*. Apesar de considerar em grande medida a análise de Paul Veyne como uma contribuição importante, Ricoeur pondera que

Para ser completamente convincente, Paul Veyne deveria explicar como a história pode permanecer uma narrativa quando cessa de ser factual, seja porque se torna estrutural, seja porque se torna comparativa, seja, enfim porque reagrupa em série, *itens*, extraídos do *continuum* temporal. (...) É quando a história cessa de ser factual que a teoria narrativista é verdadeiramente posta a prova. A força da obra de Paul Veyne é ter conduzido até esse ponto crítico a idéia de que a história é só construção e compreensão de intrigas. (RICOEUR, 1994, p. 249)

Segundo Paul Ricoeur, o vínculo existente entre história e narrativa é um “vínculo indireto” (RICOEUR, 1994, p. 134; 275). A respeito disso o autor deixa clara sua posição, mantendo distância dos autores “narrativistas” que reduzem a história à narrativa. Segundo Ricoeur,

...para alcançar o plano da explicação propriamente histórica, o modelo narrativista se diversificou a ponto de se desintegrar. Essa aventura conduz ao limiar da dificuldade maior: uma tese narrativista, refinada a ponto de tornar-se antinarrativista tinha alguma possibilidade de substituir o modelo negativo? É preciso responder francamente pela negativa. Subsiste uma separação entre a explicação narrativa e a explicação histórica, que é própria investigação. Esta separação exclui que se considere, com Gallie, a história como uma espécie de gênero ‘story’. (RICOEUR, 1994, p. 257)

Para Ricoeur, “o historiador não é um simples narrador” (RICOEUR, 1994, p. 266). A análise de Ricoeur acrescenta a “exigência de uma dialética de um novo gênero entre a investigação histórica e a competência narrativa” (RICOEUR, 1994, p. 255). Nesse aspecto, as análises de Michel de Certeau e Roger Chartier compartilham em grande medida dos resultados das reflexões de Ricoeur.

Certeau, em *A escrita da história*, chama atenção para o fato de que os historiadores não são livres para escrever seus “discursos históricos”. O lugar social do historiador define de forma articulada com a sociedade as regras de sua profissão (CERTEAU, 1982 p. 76). Em relação à escrita da história, Certeau aponta que “alguns traços, que se referem, inicialmente, ao seu conteúdo, vão particularizar o funcionamento da historiografia como *mista*” (CERTEAU, 1982, p. 100). Esse caráter *misto* resulta da articulação do “discurso histórico” com a narração e o discurso lógico. Desse modo, a história como “discurso misto (...) é feito de dois, situado entre dois” (CERTEAU, 1982, p. 100).

Em *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*, Roger Chartier reconhece o caráter narrativo da história, e partilha das críticas ao objetivismo científico afirmando que “não é mais possível pensar o saber histórico, instalado na ordem do verdadeiro, nas categorias do ‘paradigma galileano’ matemático e dedutivo” (CHARTIER, 2002 p. 99). Todavia, o autor aponta que,

Graças às suas técnicas próprias, a disciplina (história) é apta a fazer com que se reconheçam falsificações como tais, portanto, a denunciar falsários. É retornando a seus desvios e suas perversões que a história demonstra que o conhecimento que produz inscreve-se na ordem de um saber controlável e verificável, logo, está armada para resistir como a “máquina contra a guerra cética” que recusa à história toda possibilidade de dizer a realidade que foi e separar o verdadeiro do falso. (CHARTIER, 2002 p. 99)

Para Chartier, “o caminho é então forçosamente estreito para quem pretende recusar, ao mesmo tempo, a redução da história a uma atividade literária de simples curiosidade, livre e aleatória, e a definição de sua cientificidade a partir apenas de um modelo de conhecimento do mundo físico” (CHARTIER, 2002 p. 99).

Uma vez que percebemos tanto o caráter narrativo do discurso histórico quanto o que separa o discurso histórico de outros, podemos avançar em algumas considerações sobre o fragmento de relato anteriormente citado. Ao lado de muitos outros documentos, as *Notícias de Camelo* fazem parte de um discurso (heterogêneo) sobre a conquista dos territórios indígenas nos *longínquos sertões* das minas de Cuiabá, e poderíamos inclusive afirmar que estas narrativas em

conjunto compuseram uma epopeia da conquista dos colonizadores (cristãos, civilizados, superiores) sobre os índios (selvagens, *bravios*) e o meio natural (inóspito).

Logo no começo da citação, a referência aos Caiapó, como motivo para que as lavouras não tivessem um bom desenvolvimento, marca o conflito entre o *tempo* da sociedade colonial e o *tempo* da sociedade indígena. O posicionamento do autor é claro no sentido de mostrar como esse *tempo* do colonizador se impõe e se torna legítimo na *luta* dos colonizadores para vencer as *adversidades* do meio natural e os limites impostos pelas sociedades indígenas. Enquanto a população colonial emerge como parte de um processo de expansão, os índios aparecem como “restos de algumas nações”.

Nesses dois últimos parágrafos podemos perceber, para citar Bergson, uma porção de *imagens* que constrói o mundo enquanto um conjunto de *coisas* imediatamente perceptíveis. Em vez de questionar a distância entre as *imagens* trabalhadas pelo autor e a *realidade*, o método fenomenológico permite perceber a *lógica* do movimento retroalimentado por essas mesmas imagens: a *lógica* da conquista.

Em outro trecho das *Noticias*, Camelo relata:

Da barra deste rio (Cuiabá) serão vinte ou vinte dois dias de viagem. Ao quarto ou quinto dia se chega ao Arraial Velho, ou registro, que vem a ser uma roça com muito bom bananal: dia e meio acima desta roça está outra também povoada, e desta até os Morrinhos, que serão sete ou oito dias de viagem, a outras duas que dão bastante milho e feijão; porém, dos Morrinhos até a vila, que são seis ou sete dias, quase todo este rio esta cercado de roças e fazendas, como também quatro ou cinco acima da mesma vila, e em tôdas se plantam milho e feijão, em dois meses do ano março e setembro; dão também excelentes mandiocas, de que se faz farinha; há nelas muitas e melhores bananas que as destas minas, e as suas bananas são mais suaves e de melhor gosto: tem já muitas melancias, e quase todo o ano, só os melões não produzem em tanta abundância; as batatas são singulares e não menos o são os fumos para o tabaco e pito. (CAMELO in TAUNAY, 1961, p. 138-139).

Nessa passagem poderíamos destacar novamente como o relato de Camelo reproduz e constrói *imagens* que têm como objetivo organizar temporalmente o espaço. No entanto iremos evidenciar outro ponto, menos poético, mas não menos interessante. Segundo Camelo, em todas as roças e fazendas à beira do percurso indicado planta-se milho e feijão duas vezes ao ano, março e setembro. Esse plantio, nesses meses, é possibilitado por características do “meio físico”.

A plantação duas vezes ao ano, março e setembro, era possível, graças à possibilidade de ocupar grandes áreas para o plantio, pois se necessitava de um conjunto ambientes com características diferenciadas. Devemos lembrar que, nessa época, em Mato Grosso, assim como

em muitas áreas de floresta tropical do mundo, o plantio era feito por meio de roças coivaradas em que, devido à relativa abundância da terra e à pouca fertilidade, havia longos períodos em que o solo permanecia em “descanso”, exceto nas roças de beira rio onde, uma vez desmatada a margem, as águas encarregavam-se de renovar anualmente a fertilidade do solo.

O plantio em março se dá justamente à beira dos rios, aproveitando o adubo natural deixado pelas águas da vazante. A plantação em setembro, logo nas primeiras chuvas, é feita em partes mais altas, para que, quando o milho e o feijão estiverem prontos para serem colhidos por volta de fevereiro, não estejam sob as águas. Portanto, além de estar estrategicamente na rota das embarcações, a ocupação das beiras dos rios justifica-se também pela fertilidade dos solos e pela possibilidade de plantio em épocas diferenciadas.

Nossa observação a respeito desse aspecto não deve levar o leitor a pensar que defendemos a tese de um suposto *determinismo geográfico* ou a tese de que se pode, na documentação, isolar aspectos subjetivos e aspectos objetivos. O que defendemos neste artigo é que a percepção de uma dimensão fenomenológica do espaço não anula a percepção da materialidade do espaço.

Neste relato há elementos narrativos que estão ligados a um conjunto de *representações* que influem de forma determinante na construção do relato. No entanto, como aponta Carlo Ginzburg, os elementos narrativos são indissociáveis dos indícios, sinais, que os documentos deixam sobre o passado. Não lemos o relato de Camelo como testemunho fiel ou, como afirma Ginzburg, “como janelas escancaradas”, mas também não podemos admitir que a percepção da dimensão narrativa implique ler os documentos como “muros que obstruem a visão”. Os documentos podem ser analisados como “espelhos deformantes” (GINZBURG, 2000, p. 45)<sup>11</sup>.

Poderiam essas características referências da documentação ser isoladas das relações de poder que orientaram a escrita da documentação? Em alguns pontos nossa pesquisa privilegiou os aspectos materiais, visíveis do espaço, o que não quer dizer que esses aspectos não possam aparecer em nosso texto como resultado de uma leitura crítica dos documentos, levando em conta que as *imagens* e as *relações de poder* territorializam-se na documentação. Nesse sentido citamos um documento escrito por Barboza de Sá, que é referência de quase todos os trabalhos que tratam

---

<sup>11</sup> “A ideia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece (...) rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-los a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção, (...), não é incompatível com a prova; a projeção de desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível”.

do período em Mato Grosso. Em um trecho a respeito das atividades agrícolas, Barboza de Sá afirma:

...carecia o milho que se plantava na terra e antes de nascer o comiam os ratos depois de nascido o que escapava dos ratos o destruíam os gafanhotos o que chegava a espigar brotava o sabugo sem grão e algum que granava o comiam os pássaros que era necessário colhe-lo verde: o que acontecia aos feijões e a tudo o mais que se plantava na terra (SÁ, 1975, p. 18).

As passagens das crônicas de Barboza de Sá foram e são utilizadas para atestar aspectos sociais e econômicos das primeiras décadas da colonização portuguesa em Mato Grosso. As imagens construídas por Barboza de Sá nesse trecho remetem a um universo simbólico bastante amplo que remonta a uma cosmogonia cristã que mistura passagens bíblicas e as experiências vividas pelo autor<sup>12</sup>. Além disso, a ênfase que Barboza de Sá atribui às pragas, à fome e às doenças está profundamente ligada com aspectos negativos que este atribui ao período em que esteve em Cuiabá o capitão general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses. Período este no qual os impostos sobre cargas de secos e molhados, sobre os escravos que entravam nas minas, assim como os quintos e dízimos passaram a ser cobrados com mais firmeza e regularidade.

Há duas posturas imediatamente possíveis para os historiadores que se defrontam com a narrativa de Sá. Uma é ignorar as relações de poder e tomar a crônica de Sá como testemunho da *situação* no princípio da colonização das minas de Cuiabá. Outra é ignorar a caracterização de Barboza de Sá, uma vez que a *dimensão literária* do texto anularia qualquer possibilidade de tomá-lo como referência.

Em um primoroso texto intitulado *As vozes do outro: uma revolta indígena nas ilhas Marianas*, Carlo Ginzburg analisa uma passagem de um livro do padre jesuíta Le Gobien, escrito em 1700, sobre uma revolta ocorrida nas Ilhas Marianas em 1685. Le Gobien jamais esteve nas ilhas Marianas e construiu um relato que servia aos seus interesses. Elaborou um discurso atribuído ao líder indígena, Hurao, que fazia uma dura crítica à civilização europeia. Segundo Ginzburg, “Le Gobien atribuiu a Hurao as ideias sobre liberdade e a simplicidade originais que havia encontrado em Montagne porque elas lhe permitiam escrever um fragmento retórico

---

<sup>12</sup> É preciso salientar que, ao contrário de Camelo, o relato de Barboza de Sá não fora feito a partir de sua experiência pessoal, já que Sá não se encontrava nas minas de Cuiabá nesses primeiros anos. Mesmo assim o relato de Sá foi construído com base em testemunhos de moradores mais antigos e de leitura da documentação local, e aceito por parcela da sociedade como relato fiel dos primeiros tempos, tanto que seu relato integrou décadas mais tarde, com algumas modificações, os Anais da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.

efizaz”. O autor acrescenta que “penso, no entanto, que Le Gobien, graças ao discurso de Hurao, conseguiu expressar a profunda ambiguidade que ele compartilhava com a ordem religiosa de que fazia parte, em relação à civilização europeia” (GINZBURG, 2002, p. 95).

Assim como Le Gobien usou Hurao como personagem para expressar seu posicionamento nas relações de poder no interior da ordem jesuítica, Barboza de Sá procurou legitimar por valores religiosos, em um jogo de malfeitos humanos e castigos divinos, a insatisfação do grupo do qual fazia parte com os tributos cobrados pela coroa portuguesa. Na sequência da narrativa, Sá aponta que, após a partida do capitão-general em 1728, “melhorou tudo cessarão as excomunhões execuções lagrimas e gemidos pragas, fomes, enredos e mecellaneas (sic) apareceu logo ouro produziram os mantimentos melhoraram os enfermos” (SÁ, 1975, p. 25)<sup>13</sup>.

Seria o quadro nefasto pintado por Sá uma criação de sua imaginação ou da imaginação dos testemunhos que o mesmo consultou? Sim e não. Como qualquer outro documento, é impossível dissociar a imaginação da construção discursiva sobre os espaços, como já discutimos com Bachelard. No entanto a imaginação não tem qualquer relação dicotômica com o que poderíamos chamar de *materialmente visível*. Seria possível, no entanto, que esse *materialmente visível* fosse apreendido a partir de documentos como o escrito por Barboza de Sá?<sup>14</sup>

Na análise de Ginzburg sobre o fragmento de texto de Le Gobien, o autor afirma que “com frequência, os textos são considerados como universos autônomos ou, então, ligados a realidades extraliterárias por um nexos, em última análise interminável”. Em seguida expõe seu objetivo: “procurarei demonstrar a tese oposta, isto é: que uma maior consciência da dimensão literária de um texto pode reforçar as ambições referenciais” (GINZBURG, 2002, p. 80). É em nota de rodapé que Ginzburg encontra “por baixo da polida superfície de Le Gobien” uma “voz dissonante, não domesticada: uma voz estranha, que provém de uma realidade fora do texto”. Na nota Le Gobien “fazia pouco da crença” dos indígenas “de que ‘ratos, moscas e mosquitos, de todo tipo tinham sido trazidos pelas naves que chegavam às ilhas’” (GINZBURG, 2002, p. 98). Na narrativa de Sá, os ratos, assim como gafanhotos e pássaros, eram “pragas” (tantas vezes citadas na bíblia cristã) enviadas não por seres humanos, sejam eles quais forem, mas por Deus,

---

<sup>13</sup> Além desta passagem há outras bastante curiosas que mostram o quanto Sá utiliza-se de recursos discursivos que exploram de forma positiva ou negativa a relação entre ações humanas e respostas divinas. Algumas passagens chegam a ser verdadeiras fábulas (SÁ, 1975).

<sup>14</sup> Carlos Alberto Rosa é autor de um artigo inspirador que utiliza o relato de Barboza de Sá para discutir aspectos relacionados à produção rural nas Minas do Cuiabá. (ROSA, 2000).

manifestando a sentença divina (no julgamento de Sá) em relação à administração metropolitana nas minas do Cuiabá. Segundo Ginzburg,

Analisar as estratégias de um autor por trás das muralhas de proteção de um único texto poderia ser, num certo sentido, tranquilizador. Numa perspectiva do gênero, falar de realidades situadas fora do texto seria ingenuidade positivista. Mas os textos têm fendas. Da fissura que indiquei, sai algo de inesperado: o exército de ratos que invadem o mundo, a outra face da civilização (GINZBURG, 2002, p. 98-99).

Não são apenas ratos que escapam pelas fissuras da narrativa de Sá. Há outros documentos que mostram uma longa estiagem entre os anos de 1726 e 1728, o que por si só implica queda da produção agrícola e de extração de ouro, uma vez que sem canais de água era impossível minerar. Mas de qualquer modo as diferentes formas como as memórias inserem esse período em uma *narrativa da conquista* possibilitam-nos perceber como as relações de poder perpassam a documentação e constroem *imagens* heterogêneas sobre os espaços. Mesmo assim, como procuramos demonstrar, é possível e legítimo explorar os indícios nesses documentos e procurar desvendar características da economia e da sociedade, compreender as formas de acesso a terra e a articulação da conquista da terra para atividades econômicas com outras práticas de conquista, como as práticas discursivas, por exemplo.

**Bibliografia**

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CAMELO, João Cabral . Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na Capitania de São Paulo e Cuiabá que dá ao Ver. Padre Diogo Juarez, o Capitão João Cabral Camelo, sobre a viagem que fêz às minas do Cuiabá no ano de 1727 in TAUNAY, Affonso de E. História das Bandeiras Paulistas. **Relatos monçoeiros**. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história entre narrativa e acontecimento** in A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DELEUZE, Gille e GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. “Outros espaços”. In FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, Michel. “Sobre a Geografia”, In FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. “Sobre a Geografia”, In FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 153-165.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. **Nietzche, a genealogia e a história**. In: “FOUCAULT. M. Microfísica do poder. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

GINZBURG, Carlo. “As vozes do outro: uma revolta indígena nas ilhas Marianas”. **Relações de força: história, retórica prova**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. pp. 80-99.

\_\_\_\_\_. **Relações de força: história, retórica prova**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

PEREIRA, Diamantino. “O espaço das ciências humanas”. **Margem (Puc-SP)**. v. 7., p. 65-76, p. 66.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (tomo 1). Campinas: Papyrus, 1994.

ROSA, Carlos Aberto. “Canas, escaroadores, alambiques, aguardentes: sinais da produção local do Cuiabá”. **Revista do IHGMT**, v. 58, Cuiabá, 2000.

SÀ, Joseph Barboza de. **Relaçó das povoaçoens do Cuyabá e Mato Grosso de seos principios thé os presentes tempos**. Cuiabá: Ed. UFMT/Secretária de Educação e Cultura, 1975.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.